

Economia - Brasil

CENÁRIO PARA 2004

Prevista conjuntura inédita há 30 anos

Governo crê em combinação de estabilidade com superávit externo e expansão do comércio

Luciana Otoni
de Brasília

A economia brasileira terá em 2004 uma conjuntura inédita nos últimos 30 anos, marcada pela combinação simultânea das seguintes variáveis: estabilidade da moeda, superávit em transações correntes, câmbio flutuante sem oscilações bruscas e cenário externo com expansão do comércio internacional. Essa é a avaliação do presidente do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), Glauco Arbix, apresentada ontem.

“A reunião desses elementos-chaves tem levado o Ipea a orientar as pesquisas para que sejam desmontados os instrumentos que atrapalham nosso desempenho”, disse. “Trabalhamos para encontrar os elementos capazes de dar sustentabilidade para o Brasil crescer, mas não aos soluços e homeopaticamente, mas de forma continuada como não vemos há mais de 20 anos”, acrescentou Arbix.

Economia dos EUA pode ajudar

Para chegar a essa conclusão, os economistas do Ipea levaram em conta o programa de ajuste fiscal implementado este ano e o cenário externo, com destaque para o comportamento da economia americana, para a qual não se projeta elevação da taxa de juros no primeiro semestre. Um aumento dos juros americanos é esperado para o se-

gundo semestre, quando estima-se que o risco Brasil estará em níveis inferiores aos atuais e em condições de neutralizar os efeitos do encarecimento do crédito nos EUA. “Há sinais, inclusive da economia americana, de que o cenário externo é favorável. O volume de comércio seguirá crescendo”, previu o presidente do Ipea.

Ao comentar o ajuste das variáveis macroeconômicas no Brasil, Glauco Arbix disse que ninguém pode apontar qual é a taxa de juros de equilíbrio e recomendou ao governo testar a fórmula. “A única forma de saber é testar. Acredito que é possível continuar e termos uma redução da maneira que vem sendo feita: de forma cautelosa. Nos últimos seis meses, tivemos 9% de queda na taxa de juros, uma diminuição brutal, que já está marcando os juros nominais, em especial dos contratos anualizados”, disse.

No boletim de conjuntura divulgado ontem, o instituto projetou juros médios (comparação entre a taxa do ‘overnight’ e a taxa Selic média) de 15% ao ano em 2004 ante a projeção de 23,4% para 2003.

Após a revisão do crescimento do PIB próximo a zero para 2003,

o Ipea projetou para 2004, dentro da estimativa de expansão de 3,6% do PIB, que a formação bruta de capital fixo (um dos indicadores de retomada dos investimentos) terá uma elevação de 6,5%. O percentual é alentador frente à queda de 7% esperada para 2003.

As novas projeções também indicam que o consumo privado terá um incremento de 4,9% frente à redução de 3,6% esperada para este ano. Ao fazer esse cálculo, o Ipea considerou a melhora do crédito não somente por meio da redução da taxa de juros, mas também através dos programas de microcrédito e da oferta de empréstimos com desconto em folha.

Também foram considerados os ganhos salariais, acima da inflação, de algumas categorias como metalúrgicos, bancários e dos trabalhadores da indústria automotiva. Ainda em relação às projeções para 2004, a contribuição do setor externo deve ser negativa, com as exportações crescendo 4,8% e as importações 11,3%, em função da expansão da atividade econômica.

A previsão de saldo da balança comercial para o próximo ano é de US\$ 19,5 bilhões, superior à ante-

rior de US\$ 16,6 bilhões. Para este ano, o Ipea projeta US\$ 24,1 bilhões, acima dos US\$ 19,3 bilhões previstos anteriormente.

Política industrial contribuirá

Entre os elementos citados capazes de conferir crescimento continuado ao Brasil está a política industrial, ainda dependente dos instrumentos de operacionalização. Desde que o governo anunciou, na semana passada, que os setores de bens de capital, de fármacos, de software e de semicondutores foram selecionados como o alvo das políticas de incentivo verticais, o Ipea iniciou uma série de debates técnicos para tratar da operacionalização da política industrial.

Além da revisão dos marcos regulatórios e de medidas destinada a desburocratizar as atividades produtivas, o instituto analisa algumas situações de desoneração dos investimentos. Estão sendo considerados a redução gradual do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os bens de capital, medida prevista para o início de 2004, e a isenção do Imposto de Renda (IR) nos investimentos a serem feitos pelas empresas em pesquisa e desenvolvimento. A isenção se daria por meio da permissão para abatimento integral dos gastos em pesquisa tecnológica no IR. A lei que permite essa dedução existe e está apenas dependente de regulamentação.



Glauco Arbix